Introdução

O presente trabalho aborda sobre o Crescimento do Comercio Internacional.

Há basicamente duas explicações para o comércio internacional. A primeira são as vantagens comparativas, de acordo com as quais os países tiram partido das diferenças nas suas tecnologias e nas suas dotações de factores produtivos (terra, trabalho e capital). A segunda são as vantagens da especialização e das economias de escala que lhes estão associadas.

Nas décadas que precederam primeira guerra mundial, havia muito comércio no mundo, e este comércio baseava-se essencialmente nas vantagens comparativas: consistia basicamente em comércio entre países muito diferentes exportando produtos muito diferentes. A Grã-Bretanha, um país densamente povoado com capital abundante mas com pouca terra, era essencialmente um exportador de bens manufacturador e um importador de matérias-primas e, como consequência, o seu comércio era basicamente com países muito diferentes de si: mais abundantes em terra ou em trabalho, ou com tecnologias mais atrasadas.

Crescimento do Comercio Internacional

Teorias tradicionais das vantagens comparativas As teorias tradicionais do comércio são comumente classificadas em duas gerações: teorias clássicas e neoclássicas do comércio. Conformam, grosso modo, o arcabouço teórico das “vantagens comparativas” do comércio. Tradicionalmente, estas teorias enfatizam os elementos estáticos dessas vantagens e, assim, contrastam com as novas teorias do comércio, que procuram, em maior medida, sublinhar o caráter dinâmico dessas vantagens.

Predominam entre as teorias tradicionais modelos de equilíbrio geral do comércio, que se pautam por alocação eficiente da produção, de acordo com os benefícios das trocas e da maximização do bem-estar entre as economias envolvidas. Os modelos são derivados de hipóteses de concorrência perfeita e de produção com rendimentos constantes de escala. Neste particular, nas teorias clássicas o retorno marginal de um fator de produção permanece constante, enquanto nas teorias neoclássicas este se torna decrescente. As condições de equilíbrio desses modelos podem ser interpretadas como aplicáveis, na prática, a longo prazo. Configuram tipicamente ganhos de bem-estar em situação de livre-comércio, comparada esta com a situação em autarquia, ou seja sem trocas comerciais.

Grosso modo, depreende-se dessas teorias a lição de que o comércio, impulsionado pela abertura comercial, engendra ganhos econômicos estimulados pelo uso eficiente das vantagens comparativas. A liberalização comercial entre duas economias permite, em termos globais, maior eficiência tecnológica e a locativa e, assim, maior produção e níveis de bem-estar mais elevados.

Teorias clássicas do comércio

A teoria clássica do comércio encontra sua forma mais acabada e difundida na lei ou no princípio das vantagens comparativas de Ricardo. Anteriormente, Smith havia estabelecido uma teoria das vantagens absolutas fundamentada em sua teoria do valor e da produção. Conforme a teoria, os países auferem ganhos de renda e de bem-estar ao manterem uma situação de livre-comércio entre si. Cada país se especializa, em alguma medida, na produção e na exportação dos bens que produz a custos inferiores, comparados estes em termos absolutos com os de seus parceiros. As trocas pelo comércio permitem que os países compartilhem as vantagens de menores custos de produção que cada um tem ou desenvolveu em um setor ou outro.

Em bases semelhantes às de Smith, mas elaborando sobre o papel do trabalho como principal fonte da riqueza, Ricardo formulou a teoria das vantagens comparativas. Procedeu de modo especialmente rigoroso e formal, ao estabelecer claramente as hipóteses dessa teoria (RUFFIN 2002; DEARDORFF, 2007). Esclareceu ser indispensável a mobilidade doméstica do trabalho, sendo este o fator de produção primordial e único, em última análise. Argumentou advir dessa mobilidade os ajustes

necessários para que uma economia obtenha as vantagens de uma abertura comercial. Com base nesse requisito e na hipótese de equilíbrio das contas comerciais, demonstrou a tese de que um país, mesmo que tenha vantagens absolutas em todos os bens por ele produzidos, poderia ter vantagens comparativas mais em certos bens do que em outros em condições de livre-comércio. Nessas condições, seu parceiro comercial, conquanto desprovido de vantagens absolutas, poderia ter certas vantagens comparativas. Ricardo (1817) concluiu que os ganhos do comércio não dependiam apenas do intercâmbio de bens produzidos a menores custos, mas também do uso globalmente mais eficiente e pleno das capacidades produtivas disponíveis nos países. Para tanto, cada país deveria especializar-se nos bens em que é mais eficiente, em termos relativos, independentemente de haver países que sejam ainda mais eficientes nesses mesmos bens. Em suma, um país – mesmo sem vantagens Absoluta – pode auferir ganhos e também proporcionar outros a seus parceiros em situação de livre-comércio, especializando-se de acordo com as vantagens comparativas.

Independentemente de sua simplicidade, as teorias clássicas contêm uma mensagem fundamental: o comércio induz processos de especialização que podem tornar as economias mutuamente mais eficientes, com mais alto padrão de produção e de consumo. A chave para esses ganhos de eficiência, que podem comportar algum crescimento econômico temporário, reside no aumento médio da produtividade global dos países. Como enfatiza Helpman (1999), "The simple Ricardo model remains useful for thinking about a host of issues, such as the effects of technological progress on patterns of specialization and the distribution of gains from trade" (p. 122).

O emprego do modelo Ricardino na análise dos fatos pode ser muito útil, embora requeira cautela. Diferenças absolutas de tamanho e diferenças absolutas de produtividade entre as economias podem limitar sua especialização com base nas vantagens do comércio internacional.

Podem, também, minorar a intensidade dessa especialização outros fatores não incluídos em geral nas teorias tradicionais, como custos de transporte e imperfeições que dificultam a mobilidade doméstica dos fatores de produção, além das próprias barreiras ao comércio. Tais fatores e, ainda, assimetrias entre as economias podem levar à especialização parcial, havendo tendência à especialização mais em certos países do que em outros. Eis porque encontramos países produzindo maior variedade de bens que outros. A tendência à especialização é impulsionada pelo comércio e pela abertura que o induz, mas estes não são condições suficientes para alterar a estrutura das economias.

Teorias neoclássicas do comércio

As teorias neoclássicas do comércio logram demonstrar que o comércio internacional resulta de dotações distintas dos fatores de produção entre os países. Foram originalmente desenvolvidas em artigos dos suecos Eli Heckscher (1919) e Bertil Ohlin (1924, 1933) e formalizadas de modo definitivo por Paul Samuelson (1948 e 1949) e Ronald Jones (1956, 1965). Concebidos para sistemas de duas economias, dois

bens e dois fatores de produção, os modelos Heckscher-Ohlin foram largamente estendidos e generalizados, para múltiplos bens e fatores, desde Vanek (1968).

As teorias neoclássicas diferem-se das teorias clássicas na formulação das vantagens comparativas. Nas teorias clássicas, tais vantagens se originam de diferenças tecnológicas ou, mais precisamente, de produtividade do trabalho. No marco das teorias neoclássicas, resultam das diferenças de dotação ou de abundância relativa dos fatores. Para tanto, as teorias neoclássicas deixam de assumir um fator de produção, como no modelo Ricardino, e passam a assumir dois ou mais fatores de produção. Abandonam formulações tecnológicas lineares e adotam função de produção "marginalista", em geral do gênero Cobb-Douglas, a qual impõe diferenças intersetoriais de alocação e de distribuição de renda nos países.

Os resultados dos modelos neoclássicos de comércio derivam da convergência de preços de bens engendrada pela abertura comercial.

Considerando hipoteticamente as tecnologias idênticas, os países se especializam nos bens mais intensivos nos fatores de que dispõem em maior abundância, em comparação com seus parceiros. No interior de cada país, os detentores dos fatores mais abundantes são mais beneficiados pela abertura comercial e pela especialização, implicando assim diferenças intersectoriais na distribuição dos ganhos do comércio.

No marco das teorias neoclássicas foram estabelecidos importantes teoremas sobre os ajustes de preços. Estes podem ser agrupados em ordem a partir do menos restritivo:

(a) Da insensibilidade dos preços de fatores: em uma pequena economia aberta, as demandas por fatores são infinitamente elásticas;

(b) Da igualdade de preços de fatores: os países que produzem o mesmo conjunto de produtos, com as mesmas tecnologias e com os mesmos preços de produtos, devem ter os mesmos preços de fatores, além de dispor de idênticas proporções de fatores na produção;

(c) Da convergência de preços de fatores: a eliminação das barreiras ao comércio entre dois países leva, mediante a equalização de preços de produtos, à eliminação de diferenças entre preços de fatores, ou seja, à chamada "equalização" de preços de fatores;

(d) De Stolper-Samuelson: uma elevação do preço do bem intensivo em um determinado fator causa a elevação do preço desse fator e a redução do preço do outro fator.

De acordo com as hipóteses (não extremas) em geral empregadas, os modelos resultam em ganhos do comércio. Esses ganhos, todavia, são invariavelmente de natureza estática, sem que a elevação da corrente de comércio determine a continuada

elevação do nível de produção e da renda. Nessas condições, por exemplo, a redução generalizada de tarifas de importação de certo país ou entre países pode produzir ganhos de produção e de renda nos países envolvidos na importação e exportação, mas não indefinidamente. Uma vez esgotadas as possibilidades de eliminação de barreiras ao comércio, tarifárias e não tarifárias, não mais se expandiriam os ganhos de produção e de renda derivados do comércio internacional.

Estes ganhos podem ser consideravelmente desiguais entre agentes e setores econômicos, em função da abundância relativa de fatores em cada país e de quanto são estes agentes e setores dependentes desses fatores.

Cientes das implicações de desigualdade de renda, vários economistas, como Deardorff e Stein (2002), chegam a propor que, para auferir os seus possíveis ganhos, a liberalização comercial deveria ser conduzida com certo gradualismo, de modo que pudessem ser suavizados no tempo os ajustes consequentes: "in the long run, with some mobility across groups in the population and with some government programs that permit the population as a whole to share in the country´s income, most people can expect to be better off with trade than without".

Crescimento e limites dos ganhos do comércio

As teorias tradicionais preveem relação positiva entre abertura comercial e expansão da atividade econômica, sendo que a primeira pode levar a segunda. Os ganhos do comércio são expressos em um salto de renda e em uma elevação do nível de bem-estar. Os ganhos de crescimento induzidos pela abertura tendem a ser temporários, sendo exauridos uma vez se complete o referido salto. Pode-se dizer que os ganhos da liberalização comercial são estáticos, não precipitando per se efeitos dinâmicos, ou seja, de uma permanente elevação do crescimento.

Como enfatizam Lawrence e Weinstein (1999), "while traditional trade theories provide strong arguments for reducing trade barriers, these are essentially seen as one-time gains. Once these gains have been achieved, this theory has little to tell us about future performance".

Outra limitação das teorias tradicionais, em particular das teorias neoclássicas, emergiu de sua contestação empírica. Registrado em 1954, o paradoxo de Leontief ilustrou bem a insuficiência das teorias frente aos fatos: apesar de ser um país mais abundante em capital do que em trabalho, os EUA estavam se especializando relativamente em bens mais intensivos em trabalho do que em capital. Além de poder decorrer de problemas de mensuração, o paradoxo remeteria à consideração de um número maior de fatores de produção, como capital humano, e ao exame mais detido das diferenças tecnológicas, ao invés da distribuição internacional dos fatores. Em outras palavras, sugere, no mínimo, um enfoque mais amplo dentro do conjunto das teorias tradicionais, flexibilizando a interpretação de suas características mais originais

e marcantes, ou mesmo a busca de novos enfoques que aprofundem o conteúdo tecnológico, em linha com a teoria Ricardina.

As teorias neoclássicas foram ainda mais frontalmente contestadas pela intensificação do comércio intraindustrial, ou seja, da troca de bens semelhantes, produzidos com base em composição similar de fatores. Este intercâmbio passou a ser a principal fonte de expansão do comércio internacional, em detrimento do comércio interindústrial.

As teorias neoclássicas previam que os países comerciariam bens produzidos em diferentes setores, produzidos com uma composição diferenciada de fatores. O fenômeno predominante do comércio mundial se distanciava, pois, do padrão conjecturado pelas teorias tradicionais.

Esse distanciamento se tornou especialmente maior em relação às teorias neoclássicas, sendo requerido o aprofundamento das diferenças tecnológicas. O paradigma tradicional estaria ainda longe de explicar questões fundamentais, como as forças que induzem os países a ter diferentes produtividades e gerar inovações tecnológicas (HELPMAN, 1999). Todas essas limitações motivaram efetivamente as novas teorias do comércio e do crescimento.

Política Comercial Estratégica

A Política Comercial Estratégica (Strategic Trade Policy) se conforma como conjunto de recomendações de política que derivam das novas teorias do comércio. Confronta-se com as propostas livre-cambistas das teorias clássica e neoclássica. Essencialmente, as novas teorias podem fundamentar intervenção governamental via, por exemplo, tarifas e outras barreiras à importação, estímulos e subsídios à exportação, à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento. Semelhantes formas de intervenção podem permitir os investimentos necessários para o surgimento e a consolidação de empresas em setores mais desenvolvidos tecnologicamente, que operam em ambiente de concorrência imperfeita e com possíveis rendimentos crescentes de escala. Assim, as novas teorias também atribuem especial importância às economias de escala que podem derivar de investimentos internos das firmas em inovação, bem como externos às firmas nas áreas de educação e de capacitação científica e tecnológica.

Trata-se, portanto, não só de uma reedição revigorada de antigos argumentos em favor da proteção e do estímulo à indústria nacional, mas também um golpe teórico nas correntes tradicionais que favorecem o automatismo do livre-cambismo. Ademais, tal golpe se opera em bases solidamente fundamentadas na teoria econômica, enfraquecendo pressupostos neoclássicos que levaram a uma visão marcadamente estática das vantagens comparativas. Como assevera Krugman (1987), “free trade is not passé, but it is an idea that irretrievably lost its innocence (...) it can never again be asserted as the policy that economic theory tell us is always right” (p. 132). Ao elaborar sobre as implicações das ideias contidas na Política Comercial Estratégica, Krugman

(1987) frisa que “government policy can tilt the term of oligopolistic competition to shift excess returns from foreign to domestic firms (…) should favor industries that yield externalities, especially generation of knowledge that firms cannot fully appropriate” (p. 134).

Novas teorias: o crescimento endógeno As novas teorias de crescimento versam sobre a dinâmica de crescimento endógeno das economias. Desenvolvidas originalmente por Romer (1986) e Lucas (1988), estas aperfeiçoam os mecanismos antecipados pelos modelos seminais e são capazes de engendrar sustentada acumulação de capital. São determinantes no marco dessas teorias a acumulação de capital humano, a inovação e diversificação tecnológicas. Nesses processos emergem externalidades, na medida em que a tecnologia e o capital humano, como diferentes formas de conhecimento, podem ser difundidas entre os agentes, tanto no âmbito da firma, como em termos agregados no setor.

O crescimento pode convergir e sustentar-se a taxas mais altas, desde que sejam mais altas as taxas de acumulação de conhecimento aplicável à produção. A acumulação de conhecimento se faz mediante a educação, o aprendizado, o treinamento da mão de obra e várias atividades de P&D e de inovação tecnológica. O crescimento se perpetua de modo endógeno na medida em que o produto marginal do capital, físico ou humano, se mantém positivo, estimulando as atividades de acumulação do conhecimento, nas diferentes formas.

Análise das relações entre comércio e crescimento

Após haver caracterizado a estrutura e a evolução do comércio exterior brasileiro, bem como suas possíveis relações com o crescimento econômico, analisa-se a dinâmica econômica dessas relações com vistas a melhor precisar o seu padrão e suas implicações. Este Capítulo procura estudar essas relações da perspectiva dinâmica, por meio de testes estatísticos e modelos econométricos aplicados a séries temporais.

Contrasta assim com a maior parte dos estudos de comércio, que se fazem com base em modelos estáticos.

Como visto nos Capítulos anteriores, predominam controvérsias internacionais não só sobre os padrões de relações causais entre comércio e crescimento mas também sobre as melhores estratégias a serem perseguidas pelos países. Na literatura empírica, sobressaem estudos comparados internacionais – marcados por cross-country regressions e panel data analyses – que têm tratado a questão de modo simplificado, sem considerar o dinamismo entre comércio e crescimento. Apesar de sujeitos a variadas críticas metodológicas, tais estudos sugerem que, guardadas certas condições, a abertura comercial pode ser favorável ao crescimento. Aliás, semelhante sugestão se refere sobretudo à abertura entendida como maior conectividade internacional da economia, não exclusiva ou necessariamente induzida por um processo formal de liberalização via a redução de barreiras ao comércio.

Ainda que gere apenas ganhos temporários, tal abertura pode preparar o terreno para mais intensos benefícios de crescimento. Motivada pelo êxito de países do Sudeste asiático, essa literatura tem consolidado a percepção de que prevalecem nesses países estratégias orientadas para fora, na forma possivelmente de export led-growth e/ou mesmo de growth-driven export. Alguns autores contestam tal visão, em maior ou menor grau, sendo que Lawrence e Weinstein (2001), por exemplo, advogam um padrão mais próximo de import-led growth, especialmente para o caso do Japão.

Crescimento Inteligente: Progredir Rapidamente em Direcção ao Futuro

O futuro económico reside na manutenção de uma vantagem competitiva em produtos inovadores de elevado valor, que geram empregos duradouros e bem remunerados. A nossa política comercial deve ter em conta este facto e, para tal, há que ampliar o âmbito dos nossos trabalhos, a fim de abarcar as seguintes questões:

Uma cadeia de abastecimento da produção mundial eficaz não é viável sem o apoio crucial dos serviços de transportes e telecomunicações, serviços financeiros, serviços empresariais e profissionais. Os serviços representam 70% da produção mundial, mas apenas um quinto do comércio mundial. A proporção diminuta dos serviços no comércio total deve-se em parte a obstáculos naturais (alguns serviços não são, por natureza, comerciáveis), mas os entraves ao comércio têm também um papel preponderante. Os entraves ao comércio de serviços que ainda subsistem são em geral maiores do que os obstáculos existentes nos sectores da transformação. Os equivalentes pautais estimados situam-se, em geral, bem acima de 20%, atingindo com frequência percentagens ainda mais elevadas.

Envidaremos esforços junto dos nossos principais parceiros comerciais de economias desenvolvidas e emergentes, por todos os meios ao nosso alcance, no sentido de obter uma maior abertura para os nossos prestadores de serviços, a exemplo do que o mercado interno da UE oferece aos prestadores de serviços de países terceiros, mantendo ao mesmo tempo os nossos objectivos em conformidade com a convenção da UNESCO sobre a diversidade cultural de 2005. Continuaremos a propor a integração no mercado interno a alguns países vizinhos (como a Ucrânia, a Moldávia, os países do Cáucaso, o Egipto, a Jordânia, Marrocos e a Tunísia) em sectores como os serviços financeiros, postais e de telecomunicações.

Conforme sugerido aquando do processo de consulta pública, devemos também velar por que a regulamentação dos serviços em todos os países terceiros seja aberta, não discriminatória, transparente e no interesse público, para aí garantir melhores condições comerciais aos nossos prestadores. Por último, com a criação de novos serviços e o aumento das possibilidades de comercialização dos serviços transfronteiras propiciados pelas evoluções tecnológicas, os nossos acordos comerciais devem divisar formas de prevenir a instauração de novos entraves ao comércio desses serviços.

Conclusão

Este trabalho oferece uma visão das relações entre comércio e crescimento nas dimensões teórica e empírica. Com base em avaliação das teorias econômicas do comércio e do crescimento, explora as evidências internacionais e procura caracterizar o caso brasileiro, per se e em termos comparativos. Provê interpretações e análises que podem subsidiar a compreensão das relações entre comércio e crescimento Internacional.

Busca contribuir para a formação de uma compreensão analítica e estratégica sobre o tema da perspectiva Internacional como país em desenvolvimento e com características estruturais e dinâmicas próprias. Sugere, em particular, linhas de política econômica externa e de negociações internacionais, que poderiam ser exploradas nos marcos de nossa atuação global e multilateral e, complementarmente, nos marcos bilateral, (sub) regional e inter-regional.

Referências Bibliográficas

Krugman, P. (2009) Increasing returns in a comparative advantage world, mimeo Princeton University.

Krugman, P. e Obstfeld, M. (2009) International Economics – Theory and Policy 8 Edition, HarperCollins College Publishers, New York

BEASON, Richard; WEINSTEIN, David. Growth, Economies of Scale, and Targeting in Japan. Review of Economics and Statistics, v. 78, no 2, p. 286-295, 1996.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, 496 p.

BRASIL. Report by the Brazilian Government. Trade Policy Review Body–Trade Policy Review–Brazil. World Trade Organization. 2004 e 2009.